



Bresser: "Desde quando alguém pode fulminar uma proposta nossa? Isso é ridículo"

Bresser nega ter cedido facilmente

BRASÍLIA — O governo recuou e decidiu alterar a sua proposta para a renegociação da dívida externa com os bancos privados estrangeiros, tornando-a mais flexível e, conseqüentemente, passível de aceitação pelos credores. O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, anunciou ontem, em entrevista coletiva, que a conversão da metade da dívida em títulos brasileiros (a base da proposta) será feita de forma voluntária e o Brasil não vai mais exigir uma porcentagem mínima de títulos a serem subscritos pelos bancos.

Pela proposta original — rejeitada na terça-feira pelo governo americano e pelos principais credores do Brasil —, a conversão seria obrigatória e o deságio (ou desconto) seria fixado em, no mínimo, 30%. A alteração anunciada por Bresser Pereira — que consta de nota oficial lida pelo ministro no início da entrevista, como resposta à severa nota divulgada na véspera pelo governo americano — permitirá, segundo ele, que a negociação seja feita de acordo com a flutuação do mercado, sem qualquer tipo de imposição por parte do governo brasileiro.

— Se podemos conseguir o desconto e a conversão voluntariamente, e se acredito que a solução adequada não é unilateral, então por que não alterarmos nossa proposta e partir para outra via de negociação? — indagou o ministro, visivelmente irritado com as notícias divulgadas pelos jornais brasileiros de que o governo americano teria fulminado a proposta brasileira de renegociação e que ele tinha cedido muito facilmente às pressões exercidas pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, contrário à proposta original.

— Me cobram por ter cedido. Acontece é que existe um compromisso de inferioridade colonial no Brasil que nos faz ser fulminados — ironizou, acrescentando: "Desde quando alguém tem con-

dições de fulminar uma proposta nossa? Isso é ridículo."

Criatividade — "Seja firme".

Foi essa a determinação dada ontem pelo presidente José Sarney ao ministro Bresser Pereira em relação ao teor da nota oficial, que destaca a necessidade de se encontrarem "soluções criativas para se chegar a um encaminhamento definitivo para o problema da dívida".

Segundo a nota, lida por um Bresser tenso e sério, sem a habitual descontração, James Baker III concordou sobre esse ponto, assim como considerou aceitável que o Brasil faça o acordo com os bancos credores para financiamento de juros sem qualquer vinculação com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Bresser fez questão de demonstrar a firmeza recomendada pelo presidente Sarney e deixou claro que: 1) O Brasil não vai efetuar nenhum pagamento simbólico para acalmar os credores ("Isso está fora de cogitação", declarou); 2) o Brasil só vai ao FMI após o acordo com os bancos privados; 3) a moratória não será suspensa antes da renegociação da dívida. Nos três pontos, destacou o ministro, o governo continua inflexível.

O ministro Bresser Pereira esquivou-se de dar mais detalhes sobre a nova proposta brasileira ou sobre como serão os títulos emitidos pelo governo. Segundo ele, "ainda está sendo elaborada a proposta que não está pronta". Lembrou, também, que nem a idéia de converter metade da dívida em títulos e negociar a outra metade de forma convencional, divulgada por ele próprio, no dia de embarcar para o exterior, na semana passada, era definitiva.

— Só dei a entrevista sobre a base da nossa proposta, porque ela vazou antes, nos jornais de quarta-feira. E foi muito mal vazada, foi muito mal colocada nos jornais. Coisa da imprensa brasileira — criticou Bresser.

— Na quarta-feira em questão, dia 2 de setembro, em entrevista exclusiva ao

JORNAL DO BRASIL, o presidente José Sarney revelava que o Brasil iria negociar um abatimento de até 45% em sua dívida externa. Segundo o presidente, o país pagaria juros sobre uma parte de sua dívida com os bancos privados e emitiria bônus resgatáveis a longo prazo. Pela proposta revelada por Sarney, cada dólar da dívida seria negociado por 55 centavos e este abatimento, que vale para a transação entre bancos, beneficiaria o Brasil na hora do pagamento.

Concessões — O ministro Bresser Pereira destacou que não foi apenas o Brasil quem recuou ("é um recuo em termos", completou). Segundo ele, o secretário James Baker III concordou que o modelo para a renegociação da dívida imposto nos últimos cinco anos pelos credores havia fracassado e que precisava ser alterado, mas sem um afastamento excessivo do modelo convencional.

Para o ministro da Fazenda, também não foi dado o merecido destaque à boa receptividade das idéias brasileiras por ele apresentadas em Viena, na semana passada, durante palestra realizada no 4º US Congressional Summit, reunião promovida por congressistas americanos.

— É preciso entender que a posição brasileira de propor um novo modelo sem radicalizar, abriu uma nova perspectiva para todos os países endividados. Desta forma, faz parte da negociação avançar e recuar um pouco para atingirmos o nosso objetivo, que é o desenvolvimento econômico do país — disse o ministro.

Bresser não quis comentar nada a respeito do relatório do Fundo Monetário Internacional, que aprovou a política interna brasileira, alegando desconhecer o seu conteúdo. Mas enfatizou que o Brasil está caminhando para sua reintegração no sistema financeiro internacional, de onde foi afastado nos últimos anos por força de seu alto grau de endividamento.